

## **Formação falha de mão de obra ameaça a competitividade**

*Edson Pinto de Almeida*

O Brasil precisou de uma década e meia para ampliar em dois anos a média de estudo da população com mais de 15 anos. De acordo com dados do IBGE, de 1992 a 2008, esse número saltou de 5,2 anos para 7,4 anos, abaixo ainda dos oito anos estabelecidos pela Constituição - e agora dos nove anos da educação fundamental, de acordo com a nova legislação. Acelerar esse processo com qualidade é um dos grandes desafios do país que pretende ser a quinta economia do mundo nos próximos anos.

"A conta pelo descaso com a educação está sendo paga com pelo menos 30 anos de atraso", afirma Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). O apagão de mão de obra assusta mais do que o desemprego. A falta de engenheiros, por exemplo, é apenas um dos sinais de que o país precisa agir rapidamente para não aumentar o prejuízo e comprometer o futuro.

Embora os efeitos do problema ganhem visibilidade na ponta do ensino superior, especialistas no assunto avaliam que as causas estão na ponta de baixo, a começar pela educação infantil. Mesmo com os avanços dos últimos 16 anos, há muito que se fazer. "Somente em meados da década de 90 conseguimos universalizar a presença das crianças de 7 a 14 anos nas escolas. Foi muito tarde, mas ainda assim é algo a ser comemorado", diz o economista e educador Cláudio de Moura Castro. "Contudo, reprovação e repetência continuam muito altas na transição da quarta para quinta série e altíssimas na oitava série e no médio. São das mais altas do mundo."

O acesso de crianças de zero a três anos às creches saltou de 7,6% em 1992 para 18,1% em 2008. O ideal seria estar em 30%. A taxa de frequência dos alunos do ensino médio aumentou de 18,2% para 50,4% nesse mesmo período. Mas 56,2% dos alunos não concluem na idade adequada o ciclo da educação básica.

Segundo a professora da Unicamp, Maria Helena Guimarães de Castro, ex-secretária de Educação do Estado de São Paulo, pesquisas feitas nos Estados Unidos e na Europa demonstram que oferecer uma pré-escola de qualidade é a melhor garantia para o desenvolvimento e desempenho das crianças sobretudo nas faixas de menor renda. Hoje, a taxa de frequência de alunos das famílias mais pobres na primeira série é de 55,4%, mas cai para 36,4% na oitava série, com alto grau de repetência.

A educação acaba sendo um espelho da desigualdade social do país. Segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), enquanto a população mais rica apresenta tempo médio de escolaridade de dez anos, os mais pobres não superaram a faixa de cinco anos. O professor de economia do Insper (ex-Ibmec), Eduardo de Carvalho Andrade, especialista no assunto, explica que há um impacto direto do tempo de escolaridade sobre a remuneração. "Um ano a mais de escolaridade representa um ganho médio de 15% no salário", diz. "O efeito é o mesmo na produtividade das empresas", diz.

Essa é mais uma prova de que educação é um bom investimento e produz retorno - até maiores, segundo Moura Castro, do que os recursos aplicados em capital físico. No Brasil, em proporção ao PIB, os investimentos alcançam 5%. "Em cinco anos, avançamos o equivalente a 1% do PIB e aumentamos o orçamento do MEC de R\$ 20 bilhões para R\$ 50 bilhões", informa o ministro Fernando Haddad, lembrando que o país está muito próximo da média de 6% do PIB ostentada pelos países da OCDE. Mesmo assim, ele defende aumentar esse valor. E comemora os R\$ 8 bilhões a mais que entrarão este ano com o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a educação.

Para alguns especialistas, o problema maior não é tanto o volume total investido, mas a forma como é aplicado. "Na média mundial há países gastando menos e conseguindo resultados bem melhores", diz Moura Castro. Para Andrade, do Insper, a composição do gasto é equivocada. "Gasta-se mais com educação superior do que com a educação básica", afirma. Segundo

relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação básica no Brasil recebe a metade dos recursos do que investem Chile, México e Argentina.

Haddad explica que mesmo nos países da Europa gasta-se mais com ensino superior "porque é mais caro". Em 2003, o investimento público por aluno no Brasil era de R\$ 12 mil no ensino superior e de R\$ 1,2 mil na educação básica. "Essa diferença caiu de dez para seis vezes em 2008", informa o ministro. Os R\$ 12 mil por aluno foram mantidos no ensino superior, mas o investimento per capita na educação básica subiu para pouco mais de R\$ 2 mil. "Estamos perto da média da União Europeia, onde essa diferença é de cinco vezes", diz Haddad. O Brasil tem 52,5 milhões de alunos na educação básica e cerca de 6 milhões no ensino superior.

Para os especialistas, o foco deve ser dirigido para a sala de aula. "A prioridade é melhorar o ensino nas séries iniciais. Tudo o mais ou é consequência ou será espontaneamente resolvido quando tivermos uma educação fundamental de qualidade", diz Moura Castro. Programas internacionais de avaliação comparada como o PISA colocam o Brasil nas últimas posições em relação ao ensino de matemática, ciências e português. "Ainda temos crianças analfabetas na quarta série", lembra Maria Helena Guimarães de Castro.

### **Novas medidas colaboram para melhorar quadro de professores**

É impossível melhorar a qualidade do ensino sem bons professores. Segundo o economista Cláudio de Moura Castro, seriam necessários 30 anos para que houvesse a renovação do atual quadro docente, que apresenta sérias deficiências. Segundo dados do Inep, um em cada quatro professores do ensino básico não tem a habilitação exigida por lei - curso superior e magistério. É preciso encontrar mecanismos para recrutar melhor.

Moura Castro defende a adoção de vantagens financeiras para matriculados nos cursos de formação de professores. Para ele, políticas de aumentos salariais adotadas isoladamente são ineficazes. Em sua opinião, o Enem pode ser um bom instrumento para definir níveis de competência acadêmica. "Do lado financeiro, tanto o Prouni [Programa de Universidade para Todos] como o crédito educativo são instrumentos valiosos", diz.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirma que o governo vem fazendo sua parte para melhorar a formação dos professores. Segundo ele, com a aprovação do novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), será garantida a gratuidade para formação inicial de professores, pois o aluno poderá estudar em escola particular e quitar o financiamento enquanto estiver atuando em escola pública. Cada mês de exercício profissional representa o abatimento de 1% do total. "Essa é uma forma de atrair bons profissionais para o ensino público", diz. Outra medida importante, em sua opinião, foi a instituição do piso nacional do professor, que foi reajustado de R\$ 950,00 para R\$ 1.014,67 em primeiro de janeiro. Embora tenha ficado abaixo do valor reivindicado pelos professores, Haddad considera que houve um avanço importante. "Em 2003, um profissional de nível superior ganhava 86% a mais do que um professor com o mesmo nível de escolaridade. Em 2008, antes mesmo do piso, essa diferença caiu para 51%", afirma.

O próximo passo, segundo ele, é a aprovação no Congresso de mecanismos que estabeleçam uma contrapartida para esse apoio. "A ideia é criar um filtro tanto para a graduação como para a carreira do professor, exigindo uma nota mínima no Enem e admissão por meio de uma prova nacional, para que os governadores possam acompanhar", explica.

Haddad afirma que, além de ampliar as licenciaturas na universidades públicas, o governo também instituiu uma bolsa de iniciação à docência, no valor de R\$ 350. "O Brasil está bem posicionado na área de iniciação científica mas não tinha nada correspondente para a iniciação à docência. Criamos a bolsa para garantir a permanência dos licenciandos e a interação com a escola pública. É espécie de residência que o aluno faz para o magistério", diz.

Para a professora da Unicamp e ex-secretária de educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, outra medida importante é mudar a estrutura da carreira dos funcionários do sistema de ensino. "Em São Paulo, por exemplo, o cargo é da pessoa. Se um

vice-diretor se afasta, não é permitido abrir uma vaga para professor", diz. Outra distorção atinge os diretores de escola. "Eles são escolhidos por concurso e ficam no cargo até a aposentadoria, independentemente de sua competência", afirma.

Segundo ela, já há experiências em Minas Gerais, Pernambuco e Ceará onde os diretores são escolhidos por meio de uma prova e assinam um contrato de gestão, com metas. "Um diretor sozinho não pode dar conta das tarefas burocráticas e ao mesmo tempo cuidar dos aspectos de qualidade", diz. (E.P.A.)

